

Assembleia Municipal de Mêda

Mandato 2021/2025

Ata número seis

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Mêda, realizada
no dia vinte e seis de setembro de dois mil e vinte e dois

Aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, reuniu a Assembleia Municipal de Mêda, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sito no Largo do Município, em Mêda, com início pelas 09 horas 16 minutos, em sessão ordinária de setembro, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

1 - Informação Escrita do Presidente da Câmara, ao abrigo da alínea c), do n.º 2, do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), publicado em anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

2 - Proposta n.º 53/2022 – Apreciação e votação do Projeto de Regulamento Municipal Fundo de Emergência Social;-----

3 - Proposta n.º 54/2022 – Apreciação e votação do Projeto de Regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Mêda;-----

4 - Informação sobre a situação económica e financeira do semestre findo em 20 de junho de 2022 – Tomada de conhecimento do Relatório do ROC da situação económica e financeira a 30 de junho de 2022;-----

5 - Proposta n.º 62/2022 – Apreciação e votação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC) do Município de Mêda;-----

6 - Proposta n.º 64/2022 – Apreciação e votação do Plano de Ação para a Energia Sustentável e Clima (PAESC) – Aldeia Histórica de Marialva;-----

7 - Proposta n.º 68/2022 – Apreciação e votação do relatório único de análise das propostas e pedido de autorização de contratação de empréstimo;-----

Presidiu o presidente da Assembleia Municipal Luís Manuel Pêgo Todo Bom, tendo sido secretariado por António Carlos Proença Simão de Almeida (primeiro secretário) e Márcia Maria Pereira Raimundo (segundo secretário). -----

Estavam presentes os deputados municipais que se passam a indicar:-----

João António Pêgo Zeferino, Marco Aurélio Mano Saldanha, Maria Adelaide Pito (em substituição de Ana Filipa Cardoso), Patrick dos Santos Morgado, João Paulo Damião Andrezo, João Jorge Ferreira Lourenço, Cláudio Jorge Heitor Rebelo, Dulce Isabel Ramos Pimenta, Isabel Clemente (em substituição de José Augusto Heitor da Fonseca), Pedro Honrado (em substituição de Miguel Will), Pedro Lourenço (em substituição de Maria Inês Moreira) e Fabiana Almeida Rodrigues.-----

Igualmente compareceram os Presidentes das Juntas de Freguesia, assim distribuídos:, Antero Augusto Gomes Martins (Presidente de Junta de Freguesia da Barreira), Mário Jorge Pereira Almeida Domingues (Presidente de Junta de Freguesia da Coriscada), Tânia Isabel Fiarresga Lucas (em substituição de António Norberto Rodrigues Tairum - Presidente de Junta de Freguesia de Longroiva), Vanessa Alexandra Correia da Conceição (Presidente de Junta de Freguesia de Marialva), Alexandrina Abrunhos (em substituição de Jorge Miguel Graça Lourenço - Presidente de Junta de Freguesia do Poço

do Canto), Pedro Alexandre Amaral Ribeiro (Presidente da Junta de Freguesia do Rabaçal), José Manuel Félix Lemos (Presidente de Junta de Freguesia de Mêda, Outeiro de Gatos e Fontelonga), Néilson Fernando Andrade Gonçalves (Presidente de Junta de Freguesia de Prova e Casteijão).-----

Faltaram os deputados municipais Artur Paulo Ricardo Primo - Presidente da Junta da União de Freguesias de Valeflor, Carvalhal e Paipenela), Joel Filipe Martins Cardoso (Presidente de Junta de Freguesia do Aveloso), Vítor Manuel Almeida Gomes (Presidente de Junta de Freguesia de Ranhados).-----

Estiveram ainda presentes o presidente da Câmara, João Germano Mourato Leal Pinto, e os vereadores António César Valente Figueiredo, Carla Sofia Silva Sequeira, Anselmo Antunes de Sousa e Júlio Fernando Amado Félix.-----

O **presidente da Assembleia Municipal** deu início ao período aberto à intervenção do público, para o qual tinham recebido uma inscrição: -----

Período aberto à Intervenção do Público.-----

PARTICIPAÇÃO PÚBLICA:-----

O cidadão **António Manuel Horta**, começou a sua intervenção questionando se a câmara já tem alguma solução para a fossa comunitária e para os esgotos de Longroiva.- Para finalizar, e porque reside em Longroiva, questionou se já existe data para abertura do Pólo Termal de Longroiva, ou se o executivo vai deixar esta abertura para uma data mais próxima das eleições autárquicas.-----

O **presidente da câmara** agradeceu o interesse do sr. António relativamente à abertura do Pólo Termal de Longroiva, um problema conjuntural que a câmara está a resolver. Neste momento não pode adiantar uma data para abertura do mesmo, até porque ainda estão numa fase de negociações com a concessionária. Acrescentou que a câmara está a tentar a esta situação, porém não é algo que se resolva de um dia para o outro.-----

Atento ao assunto exposto, o **sr. vice-presidente da câmara municipal**, fez uma breve abordagem à presença do sr. António na última sessão deste órgão.-----

No seguimento da sua intervenção disse que, na altura, o sr. António foi informado que iria ser feito um parecer técnico por parte dos serviços municipais. Deu nota que o parecer técnico já está concluído tendo sido dado a conhecer ao sr. presidente de junta de freguesia de Longroiva.-----

Fez notar que este é um problema que já se encontra sinalizado há décadas, não é de agora, e a solução agora apresentada consiste em fazer uma bombagem dos resíduos das habitações para uma conduta a nível superior que depois será direcionada para as fossas normais. Assegurou que o problema está a ser resolvido.-----

No que concerne à abertura do Pólo Termal de Longroiva, disse que neste momento a informação que podia dar ao sr. António é que a abertura do Pólo Termal será feita a breve trecho. Acrescentou que está a ser feito um inventário dos equipamentos existentes, e assim que sejam ultrapassadas algumas questões jurídicas pendentes, o Pólo Termal reabrirá.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

Período Antes da Ordem do Dia: -----

LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA: -----

O primeiro secretário António Carlos Proença Simão de Almeida leu a correspondência recebida pela mesa, tendo sido numerados e rubricados cinco documentos, os quais irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro das atas.-----

SUBSTITUIÇÃO AO ABRIGO DO ART.º 78.º DA LEI N.º 169/99 DE 18/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:-----

E-mail de Miguel Will, de 25 de setembro, a solicitar, por motivos profissionais a sua substituição na sessão de 26 de setembro, pelo elemento a seguir da lista do PS, Pedro Honrado, que foi convocado nos termos legais. -----

E-mail de José Augusto Heitor da Fonseca, de 20 de setembro, a solicitar, por motivos profissionais a sua substituição na sessão de 26 de setembro, pelo elemento a seguir da lista do PS, Isabel Clemente, que foi convocada nos termos legais. -----

E-mail de Maria Moreira, de 19 de setembro, a solicitar, por motivos profissionais a sua substituição na sessão de 26 de setembro, pelo elemento a seguir da lista do PS, Pedro Lourenço, que foi convocado nos termos legais. -----

E-mail de Ana Filipa Cardoso, de 19 de setembro, a solicitar, por motivos profissionais a sua substituição na sessão de 26 de setembro, pelo elemento a seguir da lista da Coligação PPD/PSD-CDS/PP “Juntos pela Mêda”, Maria Adelaide Pito, que foi convocada nos termos legais. -----

SUBSTITUIÇÃO AO ABRIGO DO ALÍNEA C) DO ART.º 18.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO: -----

E-mail de António Norberto Rodrigues Tairum, de 22 de setembro, a solicitar, por motivos de saúde a sua substituição na sessão de 26 de setembro, indicando para o efeito Tânia Isabel Fiarresga Lucas, que foi convocada nos termos legais. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da correspondência recebida. -----

APROVAÇÃO DAS ATAS ANTERIORES:-----

O presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a ata n.º 5 de 27 de junho de 2022, respetivamente, tendo a Assembleia Municipal, após algumas observações e correções, aprovado por unanimidade o texto definitivo da ata apresentada.-----

Nos termos do n.º 3 do art.º 34.º do Código do Procedimento Administrativo, não participaram na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita.-----

O deputado municipal João Lourenço (PS) fez a seguinte intervenção:-----

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restantes Membros da Mesa-----

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara-----

Ex.mo Vereadores-----

Ex.mos Colegas Deputados da Assembleia Municipal-----

Ex.mos Municípes, designadamente os eventualmente presentes-----

Em primeiro lugar, quero deixar o Presidente da Assembleia Municipal de algum modo tranquilo, informando que não ultrapassarei o tempo que me foi concedido.-----

Espero, assim, contribuir para que VªEx.cia possa cumprir todos os ditames do regimento em vigor no que respeita à concessão do uso da palavra, bem como ao tempo

das intervenções, designadamente do Executivo. Serei então telegráfico!-----

Na sequência dos trágicos incêndios que assolaram o país em 2017, o Governo Socialista avançou com uma inovação muito importante , criando um sistema de informação cadastral simplificado nos diversos Concelhos (Lei n.º 78/2017 de 17 de agosto) e pela Lei n.º 75/2019 de 23 de agosto alargou a possibilidade de todos os proprietários poderem efetuar, de forma gratuita, o registo dos seus terrenos rústicos, criando então esse efeito o BUPI (“Balcão Único do Prédio”) ao nível Concelhio.-----

De notar que esse sistema de representação gráfica georreferenciada (RGG) nos Municípios, financiado devidamente com verbas públicas do Governo através do Programa CENTRO 2020 no âmbito da CIM das Beiras e Serra da Estrela, passou a constituir uma formalidade prévia indispensável para qualquer negócio jurídico sobre os terrenos, perspetivando-se que até ao final de 2022 estivesse assegurado, por isso se estabelecendo que, até ao final do corrente ano, seria assegurado de forma absolutamente gratuita.-----

Com efeito, em 21 de novembro de 2021 foi instalado com pompa e circunstância na Mêda o BUPI (Balcão Único do Prédio), na sequência de todos os preparativos do anterior Executivo Socialista. O BUPI iniciou as suas funções com técnicos habilitados, um dos quais, aliás, com mérito reconhecido por todos os munícipes que com ele trataram.-----

Sucede, porém, temos sido informados de que o BUPI da Mêda está encerrado, curiosamente até final do corrente ano, por falta dos técnicos adequados, que o atual Executivo, na sua sanha persecutória, pura e simplesmente, dispensou...Por isso, muito me surpreende o que consta da Informação Escrita do Presidente da Câmara de que no...”Balcão Único foram efetuados desde 1 de julho cerca de 900 registos”.-----

Das duas uma: ou alguém enganou o Presidente, ou então estão a enganar todos os munícipes que têm tentado em vão marcar esses serviços e que têm recebido a resposta de que tal só seria possível lá para o fim do ano...-----

A Mêda é atualmente o único Concelho do país sem o BUPI a funcionar! O que obriga os munícipes a terem de recorrer aos BUPIs dos Concelhos vizinhos!-----

E, já agora, o mesmo aconteceu com o Balcão do Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto (IVDP), que o anterior Executivo Socialista tinha conseguido instalar na nossa terra, pelo que os nossos viticultores têm agora de se deslocar mais de 200 Km para resolver os seus assuntos nesse IVDP.-----

Repetindo uma frase que começa a “fazer escola”, “ASSIM, NÃO, SENHOR PRESIDENTE!”-----

O *presidente de junta de freguesia da Coriscada, Mário Domingues* começou a sua intervenção agradecendo a todos os presentes e também aos coriscadenses que o elegeram e que compreensivelmente também têm ajudado ao sucesso que o Executivo de junta de freguesia tem implementado a nível de obras na freguesia.-----

Passado um ano de mandato, ainda existem obras que não saíram do papel, mas tem profunda expectativa que se venham a tornar uma realidade nos próximos três anos, resultantes de uma colaboração estreita e solidária entre todos os órgãos autárquicos.-

Como já fez em intervenções anteriores voltou a referir-se aos transportes públicos, aproveitando o momento para apelar ao Executivo da necessidade de ultrapassar esta questão. Assim, dirigiu-se ao edil pedindo para ser informado sobre a evolução deste assunto.-----

Numa outra vertente, fez uma breve alusão aos problemas na área da saúde prestados, tema ali aflorado por vários deputados municipais ao longo das últimas sessões. Pessoalmente lamenta que esteja desde o início do ano a tentar marcar uma consulta, e até ao dia de hoje ainda não o tenha conseguido fazer.-----

Espera que estes dois assuntos façam parte da agenda política, de forma urgente, para benefício da cidade, do concelho e dos munícipes.-----

Com a chegada do inverno, a estrada que liga a freguesia da Coriscada ao concelho de Pinhel, é algo que o continua a preocupar.-----

A *deputada municipal Dulce Pimentel (PS)* dirigiu-se ao plenário questionando o que é que mudou no concelho, passados 365 dias, desde que o novo Executivo tomou posse. Questionou-se se está mais dinâmico, se há mais investimento, melhores cuidados de saúde, mais população.-----

Dirigiu-se depois ao edil perguntando em que ponto se encontra o programa estratégico de reabilitação urbana da aldeia histórica de Marialva.-----

Seguidamente, e tendo conhecimento que o Executivo assumiu a gestão das termas Longroiva, questionou o que é que foi feito desde então.-----

Proseguiu questionando se o programa estratégico de desenvolvimento para o concelho de Mêda, o “Mêda2030” apresentado pelo presidente da Assembleia Municipal, é para seguir, implementar e executar, ou será mais um conjunto de propostas que ficarão no papel.-----

Concluiu apelando ao Executivo para que, em nome da sobrevivência e do desenvolvimento do concelho, governe e atue em prol dos habitantes e empresários em vez dos seus interesses.-----

O *deputado municipal Marco Saldanha, (Coligação PSD/CDS-PP “Juntos pela Mêda”)* fez a seguinte intervenção:-----

“Permitam-me iniciar a minha intervenção com um louvor e agradecimento público ao trabalho desenvolvido pelo nosso corpo dos Bombeiros Voluntários de Mêda, durante todo o ano, mas especialmente no término de mais uma época de incêndios em que defenderam e protegeram os nossos territórios, mas em que também ajudaram de forma solidária outros territórios, como foi o caso do grande Fogo da Serra da Estrela que foi combatido durante vários dias e que dizimou de forma trágica mais de um quarto desse Parque Natural.-----

Já no setor Social, à semelhança do que fiz há uns meses atrás nesta mesma Assembleia, mas agora com o reforço de uma preocupação partilhada por todos, quer através da apresentação do Programa de Emergência Social por parte do PSD, quer depois pelo Programa de Apoio às Famílias e Empresas por parte do Governo, volto a apelar à consideração do Município para com as nossas IPSS que sofrem diariamente com os aumentos de preços. De forma simples, tal como o PSD defendeu a nível nacional,

também nós a nível local deveríamos considerar a possibilidade de criar uma linha de apoio financeiro às IPSS para fazer face ao aumento dos custos de energia.-----

Hoje, iremos votar o Regulamento do Conselho Municipal da Juventude, no entanto, antes disso, permitam-me registar para anos futuros que não devemos deixar de assinalar datas importantes como o Dia Internacional da Juventude – 12 de agosto. Quer seja, nesta ou noutra data, seria importante o Município concentrar atenções para os mais jovens com a criação de um evento que englobe atividades destinadas a este público especial.-----

A reunião da Assembleia de hoje, ocorre exatamente um ano após as últimas eleições autárquicas, o que por si só deve levar qualquer um de nós a fazer um balanço do que tem sido este último ano de governação autárquica.-----

Seria fácil dizer que o primeiro meio ano foi para “arrumar a casa” e a segunda parte do ano para mostrar alguma atividade.-----

Seria fácil dizer que este primeiro ano foi um ano de responsabilização do PS pelo estado das coisas e pelas dificuldades encontradas, mas também seria fácil assistir a um PS à moda de “Pôncio Pilatos”, a “lavar as mãos” de todas as críticas e responsabilidades sobre o passado.-----

Mas para fazer um balanço, seja autárquico ou outro qualquer, requer que se analisem os pontos fortes e os pontos fracos, ou seja o que correu bem e o que correu menos bem. E esta introspeção deve ser feita da parte de todos os eleitos locais, sejam poder ou oposição. Porque considero que para termos um Concelho ou um País forte, temos igualmente de ter uma oposição forte. E digo isto porque quero igualmente que o meu partido tenha as bases necessárias para exercer um bom mandato a nível local, mas também seja uma oposição forte a nível nacional.-----

Por isso, quanto á forma de governação, haverá sempre quem goste mais ou menos, e quanto ao conteúdo quem concorde e quem discorde daquilo que tem sido feito. Independentemente disso, há que realçar o trabalho que por vezes não é tão visível, mas que tem sido feito de forma ao Concelho poder tirar frutos no futuro – entenda-se os regulamentos criados e os acordos e parcerias estabelecidas com entidades públicas e privadas, associações e coletividades ou medidas de combate à seca. É importante que o Executivo quantifique e que faça valer esse trabalho.-----

No entanto, quero acreditar de que este primeiro ano também vai ajudar a crescer e a melhorar outros aspetos, quer seja por exemplo, ao nível da comunicação interna e externa do Município, quer seja ao nível da quantidade, qualidade e variedade das atividades que pretendemos promover no futuro.-----

Por outro lado, a partilha e discussão tem de continuar a ser uma premissa de um executivo assente numa coligação, e que por si só, deve erradicar qualquer tipo de absolutismo e egocentrismo e fazer-se valer do espírito de equipa para superar os desafios futuros. O planeamento e estratégia devem ser a matriz de uma autarquia que anseie por alcançar o sucesso nas mais diversas áreas.-----

Da minha, e da nossa parte, reforçam-se os laços de disponibilidade e solidariedade para com o Executivo de forma a uma melhoria contínua que nos leve a atingir os desígnios

com que nos candidatámos e que nos permita tornar num Concelho de referência do interior do País”.-----

O *deputado municipal Pedro Lourenço (PS)* lembrou a sua intervenção na sessão de abril onde questionou o sr. presidente da Câmara sobre se sabia o que era ser um bom presidente, ao que respondeu que o sr. presidente da Câmara não era um bom presidente.-----

Infelizmente e até ao dia de hoje, essa opinião não se alterou, até porque volvido um ano, pouco ou nada este Executivo fez de melhor que o anterior havia feito.-----

Deu como exemplo o Bairro do Barrocal que é na sua opinião a maior vergonha que existe no Concelho de Mêda. A obra foi adjudicada em maio de 2021, e já em outubro de 2022, depois da tomada de posse do atual Executivo, o empreiteiro a quem foi adjudicada a obra, recusou-se a executá-la. Nesta senda, dirigiu-se ao edil questionando se a Câmara foi indemnizada pela empresa, intuindo que não.-----

De seguida questionou-se como é que o Executivo pretende cumprir a promessa eleitoral de ter cinco mil pessoas até ao final do mandato, se não dá condições nem a quem cá vive.-----

Prosseguiu sinalizando várias situações que necessitam, na sua opinião, de uma intervenção urgente por parte do Executivo. Falava da falta de marcação horizontal nas estradas do Concelho. As passadeiras da cidade que não estão visíveis. Na zona do moreno, quando ocorre precipitação elevada, forma-se um lençol de água.-----

Reforçou que é uma autêntica vergonha o que se passa no Concelho de Mêda. Opinou que o Concelho e a cidade estão entregues ao abandono. As ruas estão cheias de ervas, os caixotes do lixo não são desinfetados desde setembro de 2021, os cães abandonados não são recolhidos pelos serviços do canil municipal e depois a solução que se arranja é colocar uma placa no parque municipal a proibir a entrada de animais. Perguntou ao Executivo se acham mesmo que os cães abandonados sabem ler placas.-----

O *deputado municipal Cláudio Rebelo (PS)* relativamente às termas de Longroiva, esclareceu que foi, por decreto do Governo, que encerraram, tal como todas as restantes termas do País. Mas que isto não justifica tudo, e o adiamento da sua reabertura começa a ser gritante.-----

Disse ter conhecimento de uma reunião sobre “bio- resíduos” que decorreu na CIM-BSE, na qual foi apresentada uma proposta para que os valores a receber pelos municípios da CIM-BSE sobre a TGR fosse igual para todos, uma vez que os próprios municípios pagam em alta, ou então uma outra proposta apresentada em que os municípios de baixa densidade, como é o caso do concelho da Mêda, só seria 40% de taxa fixa e os restantes 60 % eram calculados por outras variáveis que beneficiaram os municípios como o da Mêda. Salientou que a Mêda não optou pela segunda opção. Optou pela primeira e com isso uma perda de cerca de trinta mil euros. Intuiu que estes trinta mil euros que a câmara deitou fora, pagariam, certamente, um técnico para o BUPI e assim este não se encontraria encerrado-----

Fez o enquadramento dos últimos três meses de atividade do Executivo, notando que não passaram de mais festas e festinhas. O único aspeto de realce, é o facto de cada vez

se gastar mais dinheiro, dando o exemplo da feira rural que os próprios expositores consideraram um fracasso. -----

Compaginando as evidências, verificam que a novidade destas festas é que se gasta muito, muito, muito mais. Festas que terminam sem se saber se já terminou ou se vai continuar a haver alguma animação, dando o exemplo do que aconteceu ao longo de algumas noites da festa de agosto. -----

Após dois anos de pandemia, as pessoas estavam sedentas por socializar e é natural que as festas tenham sido um sucesso pelas centenas de pessoas que estiveram presentes. Porém, é lamentável que se anunciem eventos (Festas de Agosto) com quinze dias de antecedência das mesmas. Isto só demonstra a falta de estratégia de comunicação. ----

A alteração do logotipo utilizado pelo Município, é algo que não entende. O Regulamento foi ali aprovado, em que contempla normas do uso gráfico, mas este Executivo, sem justificação plausível, decide deixar de utilizar o mesmo e opta por usar o brasão do Município. Isto é inédito, parecendo que há um trauma com o logotipo do município ter sido aprovado por um executivo anterior. Mais nenhuma câmara faz isto. Inferiu que talvez seja objetivo deste Executivo transformar a câmara numa ilha isolada e pequenina que não comunica e tem medo de falar com o Governo. -----

Acusou o Executivo de falta de organização dos eventos. São os eventos que estão mal cabimentados e é necessário fazer reuniões para se aumentar a verba. São as alterações constantes aos nomes dos eventos, no entanto o conteúdo mantem-se o mesmo do passado. Os convites são feitos, uns pelo Executivo, outros pelos assessores e ainda há quem seja convidado por assistentes operacionais do município. A verdade é que ainda não acertaram uma, será caso para dizer, que usam o manual de como não fazer um evento. -----

Depois, há também a idolatria de um novo líder. -----

O autocarro do Município é agora utilizado para viagens a Lisboa a pretexto da comunidade ucraniana do concelho. Recordou que no passado, o autocarro do Município apenas era utilizado para levar a população a Lisboa para se manifestar contra o encerramento dos serviços, durante o Governo PPD/PSD – CDS. Agora é para as festas, que é esta a nova orientação política deste Executivo e sem critérios de quem é convidado. -----

Sobre os novos tarifários da água, agora aplicados, questionou o edil se foram tidos em conta critérios como o agregado familiar. Passou a dar o exemplo de um agregado familiar composto por 2 adultos e 3 menores, e que gastam mais 15 m³ por mês, se passam a ser considerados consumidores de 3º escalão. -----

Por último, abordou o regresso da dispendiosa ExpoMêda, certame que o atual vice-presidente, à época enquanto presidente da junta de freguesia pelo Partido Socialista, foi um acérrimo opositor, face aos custos daquele modelo de feira. Neste sentido deu nota que o sr. vice-presidente César Figueiredo foi um dos que ajudou a acabar com a ExpoMêda e até o apelidaram de fazer a “Exposinha”. -----

O deputado municipal António Almeida, (Coligação PSD/CDS-PP “Juntos pela Mêda”) começou por referir que o facto de estar ali como secretário da Mesa, não lhe retira

direitos enquanto deputado e portanto, a sua voz tem que ser ouvida.-----

Muito se tem falado sobre o ano que se passou, e a verdade é que muito foi feito.-----

Também houve muitas promessas no anterior mandato, feitas com pompa e circunstância, com direito a televisões, jornais e ao Primeiro Ministro. E foi durante a visita do Primeiro Ministro ao concelho que foi prometido regadio da Coriscada, o qual neste momento deveria estar, se não em construção, em plano avançado.-----

Apelou ao Executivo para que dentro das suas possibilidades leve por diante as obras, apelando especialmente à Bancada do PS, que naturalmente tem contactos privilegiados com o Governo da República, para que as promessas apresentadas, se tornem uma realidade.-----

O **sr. presidente da Câmara** agradeceu as intervenções dos sr.s deputados.-----

Disse que passado um ano das eleições autárquicas, é natural que as pessoas queiram ver obra feita. Porém ainda faltam três anos de mandato e muita coisa vai ser feita.-----

Destacou que a política deste Executivo é dar visibilidade à Mêda, e apesar de haver muito a fazer para que isso aconteça, vai ser feito.-----

A **sra. vereadora Carla Sequeira** começou por saudar a presença do público, que apesar de ser em número reduzido é sempre de salutar.-----

Relativamente aos transportes explicou que no ano passado foi lançado pelo Município um procedimento no qual se juntaram os transportes essenciais, transportes que deveriam ser feitos pela CIM-BSE no âmbito das transferências de competências, com os transportes escolares.-----

Neste momento os transportes escolares encontram-se assegurados desde o dia 14 de setembro, data do início do ano escolar, até ao dia 16 de dezembro. A partir dessa data, é uma incógnita sobre quem assegurará os transportes.-----

O **sr. vice-presidente César Figueiredo** aludiu à intervenção do sr. deputado Pedro Lourenço quando referiu que os cães não sabem ler, mas parece-lhe é que o Partido Socialista não sabe contar. Passaram 365 dias, não da tomada de posse, mas das eleições, porque a tomada de posse ocorreu no dia 18 de outubro de 2021, data limite para a tomada de posse.-----

E nesse mesmo dia surgiu logo o problema do Plano Diretor Municipal que não tendo sido respondido a tempo, levou a que se realizassem reuniões urgentes e de última hora para resolver um problema deixado pelo anterior Executivo.-----

Disse que as acusações proferidas pelo sr. deputado João Lourenço sobre o BUPi e o IVDP, não passam de falácias. Aventou que uma vez que o sr. deputado não tem vinhas, é natural que desconheça por completo que o balcão se encontra a funcionar cinco dias por semana, sete horas por dia. Frisou que qualquer pessoa que pretenda usufruir daquele serviço pode descolar-se ao mesmo durante o período de funcionamento.-----

Relativamente ao BUPi, especificou que foi feita uma candidatura através da CIM-BSE, na qual o governo se comprometia a pagar ao funcionário e toda a logística. Algo que não aconteceu.-----

É verdade que o BUPi foi anunciado pelo anterior Executivo com toda a pompa e circunstância e março de 2021, mas o verdadeiro trabalho só foi iniciado em novembro

de 2021, já com o atual Executivo.-----

Concordou com o deputado Pedro Lourenço quando referiu que o Bairro do Barrocal é a maior vergonha do concelho, mas não é deste ano, é de há mais de dez anos, mas só agora é que se está a pensar num projeto que vá de encontro às necessidades das pessoas que ali vivem.-----

Sublinhou que não foi a Câmara que desistiu da obra, mas sim o empreiteiro, questionando-se como é que é possível um empreiteiro ganhar uma obra a três meses das eleições. Na sua opinião esta forma de adjudicação só demonstra a má gestão do anterior Executivo.-----

O Bairro do Morro é um mini Bairro do Barrocal que ainda não sofreu qualquer intervenção devido a um problema de pressão. Explicou que numa primeira fase será resolvido o problema da pressão, e só depois se passará para o asfaltamento das ruas.- Disse que a falta de marcação das estradas é algo que já se encontra sinalizado pelas Infraestruturas de Portugal (IP) há mais de três anos. Neste momento já foram dadas indicações aos serviços técnicos municipais para que se faça um levantamento das necessidades e caso não se consigam resolver todas num ano, até porque em termos orçamentais é praticamente impossível, algumas serão feitas.-----

Sobre as termas disse que não tem muito mais a dizer do que foi dito ao cidadão António Horta, mas não entende porque é que foi feita e a que título, uma transferência de duzentos e sessenta mil euros por parte da Câmara para a Natura Empreendimentos, empresa que geria as termas. Enquanto vereador da oposição nos últimos oito anos, nunca teve conhecimento desta transferência até porque nunca foi discutida nem votada em sede de reunião de câmara.-----

Interveio *sr. deputado municipal João Lourenço (PS)* proclamando que é falsa a afirmação do sr. vice-presidente.-----

De novo no uso da palavra, o *sr. vice-presidente César Figueiredo* deu nota que para além desta transferência, foram contratados pela câmara os serviços de uma firma de advogados, firma que neste momento reclama milhares de euros e que para a qual não foi feito qualquer procedimento de aquisição de serviços. Foi tudo feito de boca e até um pouco á toa.-----

Reiterou que neste momento está a ser feito um levantamento de toda a maquinaria e equipamento por parte da firma Triunfo Vivo, empresa credenciada.-----

Afirmou que a Câmara não abdicará nem das rendas nem do inventário.-----

Denota algum saudosismo na intervenção do deputado Cláudio Rebelo, mas a ExpoMêda surge agora numa conjuntura social e económica completamente diferente do passado, pelo que concorda em pleno com a realização da mesma.-----

Relativamente á água, deu nota que no ano de 2019, o que o Município comprou em alta e depois o que vendeu em baixa, resultou num prejuízo de setecentos e cinquenta e dois mil euros. Em 2020, o prejuízo foi de seiscentos e sessenta mil euros e em 2021 seiscentos e catorze mil euros. Dados oficiais.-----

Neste momento o que está a ser feito por parte do Município é ajustar o 3º e 4º escalão. O 1º e 2º escalão não sofrem aumentos, já o 3º e 4º escalão vão sofrer um aumento.---

Neste tarifário foram tidas em conta situações como o agregado familiar e famílias com insuficiência económica.-----

Este tarifário estará em vigor até ao final do ano, e até dia 15 de outubro será proposto um novo tarifário que vigorará durante o ano de 2023.-----

Sobre a ida a Lisboa lutar contra o encerramento dos serviços, lembrou o deputado que levaram o autocarro e o tacho da feijoada. O resultado dessa viagem culminou no encerramento dos serviços, encerramento que se mantém até aos dias de hoje.-----

Terminou questionando o Partido Socialista sobre o que é que fizeram nos últimos sete anos em que estiveram no poder a par do Governo Central.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA:-----

(Sobre a matéria, a Câmara enviou a informação escrita que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e que se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal).-----

O **presidente da Assembleia** introduziu o ponto número um da ordem de trabalhos, dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para alguma informação adicional que seja necessária.-----

O **presidente da Câmara** começou por destacar a presença do Município na Expofacil. O Município fez-se representar com um stand como forma de dar visibilidade à Mêda. Relativamente á decisão de não utilização do logotipo do Município, deu nota que foi uma decisão sua por entender que o brasão, esse sim, é quem identifica o Município.---

O **deputado municipal Pedro Lourenço (PS)** concordou que a presença do Município na Expofacil trouxe algum retorno ao Concelho, já a ida ao Parque Mayer não trouxe qualquer retorno.-----

De seguida deu os parabéns ao Executivo pela atribuição de vinte e cinco bolsas de estudo aos alunos universitários.-----

Concluiu agradecendo os esclarecimentos prestados sobre o Pólo Termal de Longroiva. Disse ter ficado esclarecido.-----

O **presidente da união de freguesia de Mêda, Outeiro de Gatos e Fontelonga, José Lemos** congratulou o Executivo pela forma como recebeu o grupo de migrantes da Ucrânia. Deu os parabéns pela forma como estão a ser integrados na sociedade civil, intuindo que muitos deles acabarão mesmo por ficar a viver na Mêda.-----

Ficou muito satisfeito com a sessão de sensibilização promovida pelo Município relativamente à seca. Foi algo muito enriquecedor num momento como o que estamos a passar, e dar também os parabéns ao orador, Dr. Alfeu Sá Marques, pelo brilhantismo e *now know* que tem sobre o tema.-----

Por um lado, considera que o Município tomou as medidas convenientes de mitigação, mas por outro defende que também deveria ter sido um pouco mais audaz no que se refere ás piscinas municipais. Entende que era uma decisão radical, e por isso é a única crítica que se atreve a apontar.-----

Acha perfeitamente normal a alteração do tarifário de água, até porque tem

conhecimento que muita gente tem estado a utilizar a água de forma descabida.-----

Deu os parabéns ao Executivo pela organização e forma como decorreu o Estágio de Verão. Era algo que não era para acontecer, mas felizmente aconteceu, e ainda bem, com resultados bastantes positivos.-----

No âmbito da Proteção Civil, deu nota que no ano de 2020, o maior incêndio que ocorreu no concelho, destruiu uma área de 100 hectares, e aconteceu no dia 01 de novembro. Neste sentido, disse que gostaria de ver vertido no próximo orçamento, uma verba para criação de asseios com o a finalidade de criar zonas-tampão.-----

Paralelamente deu nota que a partir de 01 de outubro vai iniciar-se o período de queimas e queimadas de sobrantes. Quem quiser fazê-lo, deve fazer os pedidos junto do Gabinete de Proteção Civil Municipal. O mesmo ocorre com os procedimentos de queimadas.-----

Quanto ao BUPI, recordou a sua intervenção feita no início do mandato, na qual alertou o Executivo para a falta de um técnico para aquele espaço, inferindo na altura, o encerramento do serviço.-----

Um ano passou sobre as eleições, e é verdade que ali foram apontadas deficiências, falhas e lacunas, situações como a do Bairro Barrocal, o Bairro do Morro e as estradas. Mas também é verdade que obras como a requalificação do Bairro do Barrocal não passou de um slogan utilizado pelo anterior Executivo para dizer “nós fizemos”, porque é de conhecimento geral que não havia tempo nem dotação orçamental para a executar.-----

O deputado municipal **Marco Saldanha, (Coligação PSD/CDS-PP “Juntos pela Mêda”)** disse que da leitura da Informação observou que vem muito conteúdo a nível de festas e festinhas. Sublinhou que é bom que se façam, mas não há necessidade de descrever de forma tão exaustiva a atividade cultural, até porque é do conhecimento de todos.--- Prosseguiu questionando o edil sobre o que é que está a ser feito a nível da habitação, no concelho.-----

À semelhança do deputado António Almeida, também aproveitou a oportunidade para apelar à Bancada do PS para que faça um forcing junto do Governo central para que obras como o regadio da Coriscada e muitas outras, se tornem realidade. Aproveitou ainda para apelar a todos os presentes, para que em conjunto, se desloquem a Lisboa e “batam o pé”.-----

No que diz respeito à informação financeira constante da Informação do Sr. Presidente, alertou para o facto de que quando se apresentam receitas, também têm que se apresentar despesas. Falava no complexo desportivo, que desta forma ficam sem saber se o saldo é positivo ou se é negativo. Está em crer que foi um lapso, apelando para que nas próximas sessões esta informação seja corrigida.-----

O deputado municipal **Cláudio Rebelo (PS)** começou por chamar a atenção da Mesa para o artigo do Regimento que diz que o período de antes da ordem do dia tem um total de 45 minutos. Os deputados utilizaram um total de 30 minutos nas suas intervenções, enquanto que o Executivo utilizou 45 minutos. Ou seja, só o Executivo gastou o tempo destinado aos dois lados. Reiterou que é algo que não tolera, nem aceita. -----

Apontou a nova roupagem dada ao documento e alertou para a falta de uma agenda cultural da qual constem as atividades, como é o caso da ExpoMêda, e onde seja vertido um planeamento anual. -----

Voltou a reportar-se ao documento em si, alertando para as gralhas constantes do mesmo, como é o caso da falta de informação sobre a receita e despesa do complexo desportivo. Pediu aos serviços a correção das mesmas.-----

Dirigiu-se o ao edil pedindo para que informe o plenário sobre o resultado da reunião que teve na Guarda onde estiveram presentes, para além de outros, a Sra. Ministra da Coesão Territorial e a Sra. Ministra do Trabalho.-----

Relativamente ao bar das piscinas municipais, disse que concorda que durante o mês de agosto haja restauração nas piscinas, mas não concorda que se mantenha aberto para além do período de verão. Considera que o Município está a fazer uma clara concorrência “desleal e desigual” com a restauração local, abrindo um restaurante nas piscinas. Não é aceitável. E não é aceitável porque a forma como está a ser feita tem tudo para dar prejuízo e para acabar com a restauração local.-----

Reportou-se à proposta apresentada pelos sr.s vereadores do PS, em reunião de câmara, referente à entrega, de forma gratuita, de livros. Sublinhou que o custo total rondaria os vinte mil euros e abrangia todas as crianças e todos os jovens que estudam na Mêda. Anotou que a proposta foi indeferida por falta de verbas, realçando que este apoio já havia sido dado pelo anterior Executivo, aos alunos do 1º ciclo. -----

Ainda sobre a educação, deu nota que ao fim de mais de vinte anos, ainda com o anterior Executivo, o agrupamento de escolas da Mêda teve finalmente um saldo positivo em termos de número de alunos (dois anos consecutivos). -----

Saudou a realização do Estágio de Verão. Tem conhecimento de algumas vicissitudes quanto ao se realizar ou não, propalando que ainda bem que se fez porque foi um sucesso. Foi no passado e continua a ser um sucesso, pena que alguns só tenham dado conta agora.-----

Voltou a abordar o novo tarifário de água, aproveitando para questionar se depois de retomados caudais de água satisfatórios na barragem de Ranhados, o tarifário se mantém.-----

Alertou, mais uma vez, para o outdoor sito no IP2. Apelou ao Executivo para que sejam dadas indicações no sentido de ser retirado, que é bem melhor do que estar nas condições em que está, dando uma péssima imagem, até de desleixo do município.-----

Sobre o regadio da Coriscada fez saber que o projeto consta do plano 2030 de barragens do Governo, porém há que encetar démarches e falar com quem de direito. Neste sentido disse que a bancada do Partido Socialista está disponível para ajudar no que for necessário, porém aguardam que o Executivo tome a iniciativa até porque não são poder.-----

Continuou partilhando com o plenário que enquanto dirigente partidário, há um mês atrás participou numa reunião em Lisboa onde estiveram presentes dirigentes do PSOE de Salamanca, Deputados espanhóis, a Sra. Ministra da Coesão Territorial, Dra. Ana Abrunhosa e o Sr. Ministro das Infraestruturas, Dr. Pedro Nuno Santos. Da reunião

resultou que até ao final do ano de 2023 haverá um comboio intercomunidades entre o Porto e a Guarda. Congratulou-se com esta notícia.-----

Ainda sobre a mobilidade nos territórios do interior, recordou que numa sessão anterior referiu relativamente aos transportes que existiam duas velocidades em termos de CIM. Por um lado, estão concelhos como a Covilhã, a Guarda e o Fundão que têm uma realidade, onde a maior preocupação é a malha urbana. Por outro estão os concelhos de baixa densidade, como é o caso do concelho da Mêda, que são secundarizados.-----

Reforçou a necessidade de combater estas desigualdades através de uma discriminação positiva, de forma a resolver um problema de todos. -----

A terminar reiterou a necessidade de se voltarem a fazer ouvir, porque foi assim que também se combateu o encerramento dos serviços.-----

O **presidente da câmara** relativamente à intervenção do deputado Cláudio Rebelo quanto aos transportes, disse que a mesma é pertinente registando a preocupação da autarquia sobre esta matéria e que é comum aos medenses.-----

Deu nota da participação do município na Expofac, salientando a grande visibilidade dada ao concelho.-----

A **vereadora Carla Sequeira** informou que foi instalado nos equipamentos municipais o sistema de recolha de dados biométricos e faciais. Muitos dos equipamentos encontravam-se obsoletos e em muitos serviços nem funcionavam. A próxima etapa é proceder à ligação com o sistema de vencimentos.-----

Deu nota que o problema de comunicação para o edifício municipal se encontra suprido.

A central telefónica foi substituída tornando-se mais fácil ligar para a câmara municipal.-

A finalizar deu nota que de todos os concelhos da CIM-BSE, o município de Mêda é pioneiro em termos de implementação da cibersegurança.-----

O **vice-presidente César Figueiredo** no tocante à abertura das piscinas municipais, explicou que a reabertura das piscinas exteriores foi resultado de uma decisão conjunta entre os municípios de Vila Nova de Foz Côa, São João da Pesqueira e Mêda.-----

No que concerne às piscinas cobertas, disse que devido a uma rutura e à substituição dos duches atuais por duches com temporizadores, ainda não é possível a sua abertura.-

Sobre o Balcão Único do Prédio (Bupi), deu nota que está a decorrer um procedimento concursal para a contratação de um assistente técnico.-----

Relativamente ao estágio de verão, e à semelhança dos anos anteriores, este ano foi um sucesso. Realçou que pela primeira vez foram emitidos recibos a todos os alunos que participaram. Pela primeira vez o procedimento foi realizado com toda a transparência.-

Referiu que a alteração aos tarifários agora aprovada, é algo temporário, e que esperam que se mantenham apenas até ao final do ano.-----

Sublinhou que esta alteração é resultado de uma decisão conjunta entre os municípios de Mêda, Vila Nova de Foz e São João da Pesqueira.-----

Interveio o **deputado municipal João Lourenço (PS)** para esclarecer a Assembleia Municipal que acabou por se desmentir a ele próprio quando referiu que o Bupi estava a funcionar, e agora acabou por reconhecer que não está a funcionar. Referiu também que o anterior executivo perdoaria as rendas em dívida à empresa NATURA, o que é

falso.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PONTO 2 - PROPOSTA N.º 53/2022 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL:-----

O **presidente da Assembleia** prosseguiu com o **ponto dois** da ordem de trabalhos.-----

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, e tendo em conta a sua competência prevista na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento Municipal Fundo de Emergência Social.-----

PONTO 3 - PROPOSTA N.º 54/2022 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE DE MÊDA:-----

O **presidente da Assembleia** prosseguiu com o **ponto três** da ordem de trabalhos.-----

O **deputado municipal Marco Saldanha, (Coligação PSD/CDS-PP “Juntos pela Mêda”)** saudou a vinda deste regulamento à Assembleia Municipal que foi uma bandeira pela qual se debateu durante a campanha eleitoral.-----

Finalizou almejando que do próximo orçamento conste uma verba para o Conselho Municipal de Juventude.-----

Por sua vez o **deputado municipal Cláudio Rebelo (PS)** disse recordar-se da existência de um Regulamento Municipal para a Juventude, aprovado durante um executivo socialista (Armando Carneiro), pedindo para ser esclarecido se existe ou não.-----

Aproveitou para recordar que há 20/30 anos atrás existiam muitas associações juvenis do concelho da Mêda inscritas na RNAJ, algo muito diferente dos tempos atuais. -----

A **deputada municipal Fabiana Rodrigues (PS)** agradeceu por ver este regulamento concretizado. Partilhou que na sua primeira intervenção nesta Assembleia Municipal, este foi o primeiro assunto por ela apresentado. Deu nota que foi uma proposta que fez parte do manifesto autárquico da Juventude Socialista, e por esse motivo mostrou regozijo por estar a ser dada voz aos jovens, jovens que não servem apenas para abanar as bandeiras na altura das eleições.-----

O **presidente da Assembleia** começou por agradecer as palavras da deputada Fabiana, dando nota que também fazia parte do manifesto do PSD.-----

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, e tendo em conta a sua competência prevista na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Mêda.-----

PONTO 4 - INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022 – TOMADA DE CONHECIMENTO DO RELATÓRIO DO ROC DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA A 30 DE JUNHO DE 2022:-----

Interveio o **deputado municipal Cláudio Rebelo (PS)** intuindo que tenha sido uma gralha dos serviços, mas no assunto constante na ordem de trabalhos é referido "informação económica e financeira do semestre findo em 20 de junho de 2022". Existe uma decalagem de 10 dias, desconhecendo se foi apenas um lapso ou se houve alguma coisa

que não convém mostrar.-----

O *deputado municipal Pedro Lourenço (PS)* apontou que, relativamente à demonstração dos resultados líquidos indicativo do primeiro semestre, o documento diz que é negativo em 85 mil e 900 euros. Portanto, é um aumento de 7% em relação ao semestre homólogo do ano anterior. Ou seja, no primeiro semestre de 2022 o atual executivo tem um resultado negativo de 7% em relação ao mandato do Partido Socialista de 2021.-----

Deu ainda nota que a liquidez do município também foi reduzida em relação ao mesmo período 2021, portanto é uma variação negativa.-----

Concluiu referindo que a execução orçamental, tanto no que diz respeito à receita como à despesa, está abaixo do orçamento.-----

Em resposta à dúvida colocada pelo deputado Cláudio Rebelo, o *presidente da Assembleia* esclareceu que não passou de um lapso dos serviços.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PONTO 5 - PROPOSTA N.º 62/2022 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL (PMEPC) DO MUNICÍPIO DE MÊDA:-----

O *deputado municipal Cláudio Rebelo (PS)* deu nota que durante o mandato anterior já havia sido elaborado um Plano de Emergência de Proteção Civil para o município de Mêda.-----

De seguida felicitou a elaboração do Plano que agora vê melhorado, o que faz com que todos os medenses fiquem mais seguros. -----

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, e tendo em conta a sua competência prevista na alínea a) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Plano Municipal de Emergência de proteção Civil (PMEPC) do Município de Mêda.-----

PONTO 6 - PROPOSTA N.º 64/2022 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO PARA A ENERGIA SUSTENTÁVEL E CLIMA (PAESC) – ALDEIA HISTÓRICA DE MARIALVA:-

O *deputado municipal Cláudio Rebelo (PS)* disse que este plano é transversal a todas as aldeias que fazem parte das Aldeias Históricas de Portugal.-----

Reforçou a necessidade de aproveitar estas janelas de oportunidades, recordando uma anterior intervenção na qual solicitou que se olhe para o concelho num todo.-----

Transmitiu que a bancada do PS vota a favor, tal como tem vindo a votar os pontos anteriores, salientando que esta votação é necessária para que haja uma unidade, algo que não acontecia no passado.-----

O *deputado municipal Marco Saldanha, (Coligação PSD/CDS-PP “Juntos pela Mêda”)* disse que da leitura do documento verificou que para além das vinte e quatro medidas vertidas no mesmo estão também vertidas as fontes de financiamento às quais a câmara se poderá candidatar.-----

Terminou, sugerindo ao edil, que daqui a meio ano, seja ali dada informação do que foi desenvolvido neste plano, o qual, na sua opinião, parece ser importante não só para a aldeia histórica de Marialva, mas também para o concelho.-----

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, e tendo em conta a sua competência prevista na alínea a) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na

sua atual redação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Plano Municipal de Emergência de proteção Civil (PMEPC) do Município de Mêda.-----

PONTO 7 - PROPOSTA N.º 68/2022 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO ÚNICO DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS E PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO:-----

O *deputado municipal João Lourenço (PS)* disse que, pessoalmente, tem as maiores dúvidas em relação a este empréstimo de substituição de dívida, designadamente nos planos económico, financeiro e até jurídico, e sobretudo no contexto atual de uma evidente turbulência dos mercados financeiros.-----

De qualquer forma, e considerando o n.º 1 do artigo 46º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, é seu entendimento de que fica sujeito ao visto prévio do Tribunal de Contas, e por isso abstém-se nesse âmbito.-----

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, e tendo em conta a sua competência prevista na alínea f) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, de 4 abstenções (João Lourenço, Cláudio Rebelo, Miguel Will e Pedro Lourenço) e 18 votos a favor, aprovar o Relatório Único de Análise das Propostas e Pedido de Autorização de Contratação de Empréstimo.-----

APROVAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES EM MINUTA:-----

Tendo sido pedido pelo Presidente da Assembleia, Luis Manuel Pêgo Todo Bom, a aprovação da minuta da ata da reunião, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

Quando eram onze horas e cinquenta minutos, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser lida, e que, depois de aprovada, irá ser assinada pelo Excelentíssimo Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Mêda, e por mim que a lavrei, Susana Maria Borrego Silva, Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos.-----

